



Presidência da República
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Ata da 177ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA

1 Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e nove, às quatorze horas, na Interlegis,
2 na Avenida N-2, Anexo E do Senado Federal, na Esplanada dos Ministérios em
3 Brasília, foi realizada a centésima septuagésima sétima Reunião Ordinária do
4 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a Presidência da
5 Srª Carmen Silveira de Oliveira, Presidente do CONANDA e com a presença dos
6 seguintes **Conselheiros presentes**: *Representantes Governamentais Titulares*:
7 Ivanildo Tajra Franzosi – Casa Civil; Francisco Antonio de Sousa Brito – titular/MDS;
8 Danielle Firminiano dos Santos Gruneich – Ministério do Esporte. *Representantes de*
9 *Órgãos Não Governamentais*: Miriam Maria José dos Santos – Inspeção São João
10 Bosco Salesianos; Fábio Feitosa da Silva – UBEE; Raimunda Núbia Lopes da Silva
11 – CUT; Andréa Franzini – CNBB, Pastoral do Menor; Helen Crystine Corrêa Sanches
12 – ABMP; Maria Julia Rosa Chaves Deptulski – Movimento Nacional de Meninos e
13 Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves – Movimento Nacional de Direitos Humanos;
14 Maristela Cizeski – Pastoral da Criança/CNBB; Tiana Sento Sé – IBISS; Andréa
15 Aparecida Nezio Paixão – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços,
16 Sérgio Eduardo Marques Rocha, Aldeias Infantis; Glícia Thais Salmeron de Miranda
17 – OAB; Djalma Costa – ANCED e Carlos Eduardo Nery Paes – Sociedade Brasileira
18 de Pediatria. A **pauta aprovada** foi a seguinte: **Dia 12 de agosto**, entre quatorze e
19 dezoito horas, abertura da Sessão Plenária com dois pontos de pauta: Apresentação
20 do trabalho da Associação Nacional dos Centros de Defesa (ANCED) e Pré-
21 Validação do SIPIA Conselhos Tutelares e SINASE. **Dia 13 de agosto**, continuidade
22 da Sessão Plenária para deliberar matérias da Comissão Organizadora da 8ª
23 Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais comissões

24 do Conanda. Esta **Plenária do Conanda foi precedida** dos seguintes eventos: Dia
25 10 de agosto, entre nove e trinta e doze trinta horas, reunião da Comissão
26 Organizadora da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
27 e entre quatorze e dezoito horas, Oficina Preparatória para a participação dos
28 conselheiros do Conanda no processo de conferências estaduais. Esta Oficina foi
29 realizada no Auditório do Ministério das Comunicações. Dia 11 de agosto, entre
30 nove e doze horas, continuidade dos trabalhos referentes à Oficina Preparatória da
31 participação dos conselheiros do Conanda nas conferências estaduais, realizada na
32 sala 328 do Palácio da Justiça, na Esplanada dos Ministérios e da Videoconferência
33 sobre os Eixos Prioritários da 8ª Conferência, com participação dos conselheiros
34 estaduais e municipais. Esta Videoconferência foi realizada na Interlegis e foi
35 transmitida pelo Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Conanda. Ela
36 contou ainda com um eventos simultâneo e um posterior: o primeiro foi a Reunião
37 entre o Conanda e o Conselho Nacional de Justiça, realizado no dia 12 de agosto,
38 entre dez e trinta e doze e trinta horas, na sede do CNJ e o segundo audiência da
39 Comissão de Mobilização e Formação com o Sr. Ministro Carlos Ayres Brito do
40 Tribunal Superior Eleitoral para discutir o processo eleitoral dos conselhos tutelares,
41 realizada no dia 13 de agosto, entre vinte e trinta e vinte e uma hora e trinta minutos.
42 **No dia 12 de agosto** a presidente do Conanda, Carmen Silveira de Oliveira abre
43 oficialmente a Assembléia do Conanda propondo a antecipação do ponto de pauta
44 Apresentação do Relatório de Visita ao Sistema Socioeducativo de Rondônia pelo
45 Conselheiro Andrea Franzini, previsto para a Plenária do dia 13 de agosto. Com a
46 concordância de todos, a presidente deu início a Sessão solicitando os
47 representantes da ANCED que tomassem assento e realizassem a exposição
48 proposta. **Item I: a) Pauta da Associação Nacional dos Centros de Defesa –**
49 **ANCED.** O Conselheiro Djalma, representante da ANCED. O trabalho a ser
50 apresentado foi feito em parceria com a SEDH e SPDCA. A Flávia, coordenadora
51 nacional da ANCED, fez a apresentação do grupo que a acompanhava. A Srª Celina,
52 do Centro de Defesa de Emaús e advogada da ANCED, disse que vieram dividir um
53 pouco as angustias que estão tendo tanto no desenvolvimento jurídico como
54 também na proposição de ações, no atendimento dessas situações de violências e
55 do impacto que isso está gerando tanto em nível estadual como também municipal.
56 Pontuou o paradigma que norteou na elaboração dessa proposta. Primeiro que ela
57 está toda fundamentada numa intervenção focada na defesa dos direitos humanos.

58 Toda proposta está montada em dialogar não só nos espaços jurídicos, mas
59 também com os conselhos municipais e estaduais. Por fim, também o respeito às
60 diretrizes que atuam os próprios centros de defesa. Disse que optaram por uma
61 metodologia de grupo de trabalho e depois de muito debate entenderam que
62 primeiro, a violação tivesse uma representatividade nacional. Ressaltou quatro
63 situações. O encarceramento da adolescente em Abaetetuba, que todos já sabem, a
64 violação dos direitos com adolescente no Educandário Santo Expedido no Rio de
65 Janeiro, onde tem dois motivos fortes, que é o nível de violação que aconteceu com
66 os adolescentes nesse educandário e o desrespeito ao Conselho Estadual pelas
67 deliberações do Conselho Estadual do Rio de Janeiro. Este caso, que é a situação
68 que mais tem desgastado é a atuação de um grupo de extermínio em Fortaleza,
69 onde já se tem um, por informação da própria polícia. Já foram mortos trinta
70 adolescentes e desses, dois conseguiram sobreviver mais vivem em condições,
71 extremamente desumana. É uma situação muito grave e que inclusive já tem uma
72 deliberação do Conselho de Defesa da Pessoa Humana pedindo que a Procuradoria
73 da República provocasse a federalização, deslocamento de competência, mas que
74 não deu resultado. A quarta situação é algo que vem se discutindo muito dentro da
75 ANCED e que se tem procurado encontrar alternativas que é a utilização da
76 medicalização. A conclusão, é que, a maioria desses casos está acontecendo por
77 uma ausência da política de proteção nos municípios. Por fim, o fortalecimento dos
78 Conselhos que é fundamental para que se tenha uma alternativa de resposta. A
79 conselheira Glícia perguntou sobre o embargo de gaveta, qual estratégia que se
80 utilizam nessa situação, como tem sido a intervenção do ministério publico. Já o
81 conselheiro André, questionou dentro dessa análise de violação dos direitos
82 humanos, qual seria, por exemplo, os direitos humanos comuns mais fortes e mais
83 graves que foi violado nesses casos. A conselheira Helen perguntou sobre os planos
84 operativos, que a partir dos casos emblemáticos, ficou muito forte a atuação do
85 centro de defesa na questão da defesa dos direitos individuais e um dos eixos que a
86 ANCED trabalha nos planos operativos é a mobilização social. Nesse sentido como
87 que o centro de defesa além de ir participar das audiências públicas promove essa
88 mobilização. A conselheira Carmen questionou sobre a peculiaridade que existe no
89 Rio Grande do Sul com a medicalização, um campo de conhecimento que é
90 colocado como violador dos direitos de criança e adolescente até em nome da
91 proteção sobre essa nuance que tem nessa situação emblemática. A conselheira

92 Maria Luiza Moura de Oliveira, representante do Conselho Federal de Psicologia,
93 questionou quando a gente fala de responsabilização como vai acontecer
94 responsabilização quando o violador é o que se diz protetor. A Dr^a Celina esclareceu
95 com relação a colega da OAB, que tem notado um certo temor dos juízes com
96 relação aos advogados e há uma relação muito respeitosa que utilizam como
97 estratégia. Sobre o questionamento do conselheiro André, é a questão estrutural
98 mesmo e a mesma coisa se refere ao caso do próprio grupo de extermínio lá em
99 Fortaleza. A Dr^a Celina disse à conselheira Malú, que é muito importante a gente ter
100 uma clareza. Primeiro, costuma dizer que as ações de responsabilização civil, o
101 estado de uma forma bem ampla, ele é excelente na hora de responsabilizar, mas é
102 um covarde na hora de proteger. Disse que a estratégia agora é partir para os
103 Conselhos Regionais de Medicina e também para o Conselho Nacional de Medicina
104 por que têm os limites de conhecimento e precisam contribuir e o grande desafio é
105 construir um diálogo com os outros de forma a respeitar mais também a não permitir
106 violação de direitos. Sobre o questionamento da conselheira Carmen, cabe levantar
107 no Rio Grande do Sul, outra questão, que é terceirização dos serviços médicos.
108 Seria interessante esse diálogo com o movimento da luta antimanicomial
109 especialmente com o Fórum Gaúcho de Saúde Mental. A conselheira Teresa, do
110 Ministério da Saúde, informou que no Rio Grande do Sul tem uma portaria de
111 atenção integral e tem sido feito uma discussão muito Grande com a saúde mental
112 em relação essa problemática da medicalização dos adolescentes em conflito com a
113 lei. Principalmente na questão de álcool e droga e sugeriu a ANCED procurar lá no
114 estado de São Paulo, a coordenação de saúde mental. **Item II - Pré-validação do**
115 **SIPIA Conselhos Tutelares e SINASE.** Antes de iniciar apresentação, o
116 conselheiro Benedito aproveitou para apresentar Walisson, novo coordenador
117 adjunto do Programa de Fortalecimento de Sistema de Garantia de Direitos. Sobre o
118 SIPIA, informou que estão apostando numa mudança de atitude cultural em relação
119 ao sistema de informação. Entendem o SIPIA como mecanismo de produção de
120 informações relevantes para a política pública e, conseqüentemente, para garantia
121 do direito à informação. O que está sendo proposto ao Conanda é uma pré-
122 validação dos dois sistemas, SIPIA CT e SINASE. Informou que essa versão em
123 construção é uma versão aperfeiçoada e que busca corrigir os problemas existentes
124 na versão anterior, seja em relação à forma de acesso (*WEB*), seja em termos das
125 categorizações e interfaces ofertadas. Informou, ainda, que as duas versões estão

126 sendo pensadas em constante processo de diálogo e que passarão por processos
127 de manutenções evolutivas. Apresentou a composição e relatou o processo de
128 formação do Grupo de Trabalho SIPIA CT, que foi composto por cinco
129 administradores do SIPIA daqueles estados com melhores índices de utilização do
130 sistema anterior e representantes do Fórum Nacional Colegiado de Conselheiros
131 Tutelares (FCNCT). Estas duas versões do SIPIA serão lançadas no dia 14 de
132 setembro de 2009. Para rever e validar o SIPIA serão convidados os
133 administradores estaduais do SIPIA, representações dos Conselhos de Direitos, do
134 UNICEF, do CONANDA, da SEDH, do Fórum Nacional dos Conselhos Tutelares, da
135 Associação dos Conselhos Tutelares das Capitais e, ainda, do FONACRIAD, do
136 FONAJUV, CNJ, UNICEF e MDS. Foi proposto que o Conanda pudesse fazer uma
137 carta de agradecimento ao Grupo de Trabalho pelos relevantes serviços prestados
138 na revisão do SIPIA, sendo aprovada tal iniciativa. Na seqüência, o Sr. Ricardo
139 relatou o status de desenvolvimento do Sistema, o Sr. Marcos e o Sr. Gilberto
140 apresentaram o SIPIA CT e a Sr. Marta Agra apresentou o SIPIA SINASE. Eles
141 fizeram uma demonstração em Power Point com a finalidade de comparar os
142 sistemas em sua versão anterior e atual, ressaltando as vantagens que vão surgir
143 com essa ferramenta nova. O Coordenador do Programa de Fortalecimento do
144 Sistema de Garantia de Direitos, Sr. Benedito dos Santos informou que as
145 ferramentas representam grande avanço. Ressaltou mais uma vez a importância do
146 GT para homologar o sistema em diálogo com as diversas representações. E
147 manifestou sua expectativa de negociações com o CNJ que criou o cadastro
148 nacional de adolescentes em conflito com a lei, com base no SIPIA SINASE, de
149 conectar o banco de dados do CNJ com o da SEDH. Será necessária, também, a
150 negociação com o MDS em torno da utilização do sistema pelos CREAS e CRAS.
151 Sobre a estratégia de implantação, informou que está sendo negociada onde será
152 armazenado o sistema. Propôs, para o dia quatorze de setembro, um dia de
153 validação com os outros parceiros, em Brasília, para analisar todo o sistema e, em
154 consequência, refazer o pacto de utilização, momento para o qual o CONANDA está
155 convidado. Por fim, propôs para discussão a referência do dia 1º de outubro como o
156 dia de início de utilização da versão *web* no país inteiro, como marco de data da
157 utilização do sistema a partir da qual o mesmo irá se aperfeiçoando. Ressaltou a
158 expectativa de que em dezembro já tenhamos os relatórios de três meses de
159 utilização do sistema. Entre apresentação da ANCED e do SIPIA, a presidente da

160 Sessão solicitou abertura de espaço para revisar na Plenária o documento de
161 diretrizes da política nacional resultante da Oficina preparatória para participação
162 dos conselheiros nas conferências estaduais. **Item III: Continuação dos trabalhos**
163 **referentes à oficina preparatória para a oitava Conferência, sobre os eixos**
164 **temáticos.** A Plenária deliberou utilizar parte da sessão Plenária para concluir a
165 Oficina preparatória da 8ª Conferência. A oficina foi iniciada na tarde do dia 10 e
166 continuada na manhã do dia 11 no período que seria destinado à realização da
167 Oficina do SINASE (prorrogada para outubro de 2009), e na manhã do dia 12, no
168 horário destinado aos trabalhos das comissões, e concluída na Sessão Plenária do
169 dia 12 de agosto no período da tarde. Os participantes da Oficina optaram por
170 realizar uma oficina prática, buscando para um efeito demonstrativo, formular
171 propostas de diretrizes para a política nacional consideradas prioritárias dentre de
172 cada um dos eixos propostos para 8ª Conferência. A Oficina foi mediada pela equipe
173 da OCIP NASCE - Eliana Crisóstomo, Maria da Penha e a Márcia -- visando
174 sistematizar as propostas de diretrizes de cada eixo temático da 8ª Conferência
175 Nacional dos Direitos a Criança e do Adolescente. Foram elaboradas 4(quatro)
176 propostas de diretrizes para o seguintes Eixo 1 – Promoção e Universalização de
177 Direitos em um Contexto de Desigualdade; 5(cinco) propostas de diretrizes para o
178 Eixo 2 – Proteção e Defesa no Enfrentamento das Violações de Direitos Humanos
179 de Crianças e Adolescentes; 6(seis) propostas de diretrizes para o Eixo 3 –
180 Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, encerrando o primeiro dia da
181 oficina. Na manhã seguinte, na continuação da oficina com a discussão e construção
182 das propostas de diretrizes para o propostas de diretrizes para o Eixo 4 –
183 Participação de Crianças e Adolescentes em espaços de Construção da Cidadania,
184 e para o Eixo 5 – Gestão da Política, foram definidas 6 (seis) propostas de diretrizes,
185 formalizando assim, um documento de Propostas de Diretrizes que deverá ser
186 encaminhado aos conselhos estaduais como balizadores da discussão a ser
187 realizada durante as conferências estaduais. Terminada a leitura das propostas das
188 diretrizes uma construção de dois dias e meio de trabalho nosso o documento será
189 enviado para todos. Para constar em ata foi perguntado se o conjunto das propostas
190 das diretrizes, dos cinco eixos que foram trabalhados estava aprovado para
191 encaminhamento da forma que estava posto. Não havendo contrários, foi aprovado.
192 O conselheiro Djalma informou que o documento era também para servir como
193 reflexão nas próprias conferências estaduais e é um material sobre tudo de

194 embasamento dos conselheiros nacionais para acompanhamento das conferencias
195 estaduais (vide documento em anexo). Devido a necessidade de se ausentar para
196 reunião no Gabinete do Ministro da SEDH, a Conselheira Carmem passou a direção
197 dos trabalhos para o Conselheiro Djalma. Aproveitando a oportunidade a conselheira
198 Carmen Oliveira, despediu-se do Conselho uma vez na manhã seguinte viajaria para
199 Salvador para participar do evento da Rede Nacional de Defesa do Adolescente em
200 Conflito com a Lei (RENADE) e informando que só estaria de volta ao Conselho em
201 outubro, pois entraria de licença médica para tratamento de saúde. **Item IV –**
202 **Relatório da reunião com o CNJ.** O conselheiro Djalma informou que a comissão
203 composta por ele, a conselheira Carmen, a conselheira Helen, a conselheira Glícia e
204 o conselheiro Francisco, foram recebidos pelo Ministro Gilmar, pelo conselheiro
205 Paulo Tamborani e pela conselheira Thaís Ferraz, juíza federal. A conselheira
206 Carmen fez uma explanação da pauta e do objetivo da presença do CONANDA para
207 a solicitação da reunião. Contextualizou muito bem o papel do CONANDA, as
208 preocupações em torno de alguns temas que elencados, como o toque de recolher,
209 unidades de internação, decisão do judiciário do Mato Grosso do Sul, em relação à
210 exploração sexual, a respeito do trabalho artístico e a contextualização, inclusive do
211 sistema, com o histórico de responsabilidade que nasceu no executivo. O que fez o
212 presidente ouvir de onde nasceu esse sistema todo. Os outros dois conselheiros que
213 estavam lá foram muito acessíveis ao CONANDA e muito interessados em retomar
214 toda essa agenda. No geral, a reunião foi muito boa. A principal proposta do
215 CONANDA era estudar esse vínculo de parceria junto com o CNJ. Como
216 encaminhamento, eles propuseram a retomada amanhã de uma agenda de trabalho
217 do CONANDA com o CNJ. Um grupo de trabalho para levantar todas essas pautas e
218 planejar junto com o CONANDA e ver como trabalhar todas elas, inclusive o sistema
219 de informação. A conselheira Glícia registrou que por duas vezes teve a
220 oportunidade de ver a conselheira Carmen nessas reuniões com os tribunais e ela
221 tem tido a habilidade de colocar com muita eficiência, o que é muito importante para
222 o Conselho, hoje, abrir esse canal de discussão. O conselheiro Djalma registrou que
223 a Dr^a Thaís, disse que teria uma reunião à noite com o Conselho Nacional do
224 Ministério Público e ia sugerir essa reunião conjunta amanhã com
225 CNJ/MP/Conanda. A conselheira Júlia propôs que o GT fosse formado pela própria
226 comissão de Direitos Humanos com a participação da Glícia, Helen, Sérgio e Malú.
227 **Item V – Indicação de representação do Conanda ao evento sobre o Sistema de**

228 **Garantia de Direitos do Unicef.** A Plenária abriu parênteses para indicar a
229 Conselheira Glicia Salmeron para representar o Conanda no referido evento. **Item V**
230 **- Contextualização do relatório a respeito da situação de Rondônia, pelo**
231 **Conselheiro Andrea Franzini.** O relator informou que foi muito bem acolhido pelo
232 Conselho Estadual que de imediato foram relatando algumas situações de quase
233 total desconsideração e desvalorização do papel do Conselho Estadual por parte do
234 Governo do Estado de Rondônia. A visita foi feita também no interior onde foi visto
235 uma situação bastante prejudicada, pois não há, se quer acesso à internet. Alguns
236 conselheiros governamentais relataram que eles vão lá, mas de fato não tem
237 nenhum tipo de autonomia delegada pelos seus secretários para que eles possam
238 de fato, tomar decisões e fazer então o Conselho de Direito Estadual ter as suas
239 ações implementadas. Disse que o CONANDA tem como papel essa
240 obrigatoriedade de fortalecer os Conselhos Estaduais. Aproveitou para visitar as
241 unidades o que ele viu foi exatamente o quadro da falta de estruturação de um
242 Conselho Estadual que vai proporcionar um plano estadual de medida sócio
243 educativa, que não é só educativa, mas da rede da garantia dos direitos. Solicitou ao
244 CONANDA pensar num plano da universalização dos direitos, que possa dar alguma
245 resposta a situação específica desse Estado. O conselheiro Djalma sugeriu levar
246 para a pauta de amanhã para um melhor debate em torno disso e registrou que o
247 conselheiro Andrea esteve em Rondônia não por delegação do CONANDA, e
248 agradeceu que foi lá por delegação da organização dele e nos trouxe todas essas
249 informações. Ao finalizar a Sessão, a conselheira Miram Maria mostrou
250 descontentamento com o cancelamento da Oficina do SINASE que seria realizado
251 nesta plenária e teve que ser adiada em virtude da reunião com o CNJ. **Dia 13 -**
252 **Item I: Deliberações e Encaminhamentos Referentes à 8ª Conferência - A**
253 plenária aprovou ainda, no dia anterior, o **Sistema de Cadastro de Inscrições da 8ª**
254 **Conferência elaborado pela empresa FRONT,** o qual foi aprovado por todos.
255 Iniciando os assuntos do dia, a conselheira Júlia realizou um **informe da**
256 **videoconferência realizada.** Além dos eixos que foram trabalhados, escutaram um
257 pouco sobre quais as dificuldades que os Estados perceberam com a realização das
258 Conferências Municipais. Dez estados acompanharam a teleconferência nas
259 assembleias legislativas pelo INTERLEGIS e um número significativo de Estados
260 que acompanhou diretamente via e-mail e pelo *chat* do portal dos direitos. Este
261 estados informaram que cerca de 90% de municípios que realizaram as

262 conferências, principalmente Estados com o número menor de municípios. Muitos
263 deles atingiram 100%. A proposta da Comissão é solicitar que os municípios
264 mandem junto com o relatório da Conferência Estadual qual foi o número de
265 municípios que realizaram as conferências municipais e se possível, o número de
266 participantes nessas conferências. Foi anunciado na videoconferência que o
267 CONANDA se responsabilizará pela hospedagem e alimentação de todos os
268 delegados da conferência. Discutindo a participação dos conselheiros nas
269 conferências estaduais, plenária deliberou remeter as propostas de diretrizes da
270 política nacional traçadas para todos os conselhos estaduais e incluí-la na proposta
271 do chamando de kit conferência para os conselheiros, que estão indo para as
272 conferências estaduais. **Solicitações de Prorrogações das datas das**
273 **Conferências Estaduais.** O Conselho Estadual de São Paulo solicitou prorrogação
274 da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo
275 para os dias 19, 20, 21 de outubro e conseqüentemente seja também adiado prazo
276 para entrega do relatório final da mesma para até o dia 30 de outubro de 2009. A
277 solicitação se deve ao fato de adequação as recomendações da Secretaria de
278 Estado da Saúde de São Paulo referente às medidas de combate a transmissão do
279 vírus influenza A, que devem ser tomadas para diminuir o risco de contaminação,
280 visto que evita contato próximo com aglomerados de pessoas. O CEDICA do
281 Amazonas. Requer a prorrogação da realização da Conferência Estadual dos
282 Direitos da Criança e do Adolescente, pois a secretaria em que estão vinculados
283 está com recursos bloqueados no momento e assim, não têm como arcar com os
284 gastos da mesma. Por esse motivo solicitam que a conferência estadual possa ser
285 realizada no período de 28 a 30 de setembro de 2009. O Estado de Santa Catarina,
286 tendo em vista o estado de emergência por causa da gripe, cancelou toda e
287 qualquer atividade por tempo indeterminado. A conselheira Júlia acha que uma
288 coisa a ser feita é comunicar a esses estados que estão solicitando essa mudança
289 para depois de outubro e eles podem ficar prejudicados em relação à participação
290 de adolescentes e delegados no encontro. Complementando, a conselheira Rose
291 propôs solicitar ao NASCE, um cronograma já dizendo a eles que o material chegará
292 aqui até o dia vinte e três de outubro e precisamos saber qual é o prazo para
293 publicar isso e São Paulo fica contemplado. Para Santa Catarina, solicitar que seja
294 enviada a mesma coisa, pois o prazo máximo de entrega dos relatórios, devido toda
295 a sistematização, publicação, é dia vinte e três. Então nós solicitamos a

296 possibilidade deles estarem realizando a conferência até o final da primeira semana
297 de outubro. Para o Rio de Janeiro e Rondônia, o mesmo procedimento.
298 **Solicitações de ajuda financeira.** O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e
299 Adolescente do Mato Grosso do Sul, solicita informações do CONANDA sobre a
300 disponibilidade do apoio financeiro para os delegados não governamentais e
301 adolescentes que participarão da 8ª Conferência Nacional da Criança e Adolescente
302 de 2009. O Conselho Estadual de Roraima solicitou ajuda de custo sem especificar
303 o montante. Também solicitaram ajuda financeira os Estados do Amapá e Pará.
304 Devido manifestação do Amapá e Mato Grosso do Sul solicitando ajuda financeira e
305 como a conselheira Carmen disse que o Conselho pensaria com carinho teremos
306 que tomar um posicionamento se vamos realmente ajudar e quais são os critérios.
307 Ficou colocado como ponto de pauta para posterior decisão. Foi sugerido que a
308 conselheira Carmen como Subsecretária ou talvez até da influência do Ministro, para
309 estar conversando de governo para governo. A questão, é que eles teriam que
310 explicar melhor para especificar o que seria essa ajuda. Então a conselheira Carmen
311 está aguardando para saber o que é de fato essa ajuda para depois dar uma
312 posição. O Estado de Alagoas também solicitou ajuda e o parecer foi que uma
313 análise vai dizer se vai ajudar ou não. A sugestão foi de que a comissão cuide disso
314 e ad referendum da plenária CONANDA, que seja analisado cada caso. Nesta
315 mesma linha, foi sugerido que o CONANDA estabeleça um diálogo por meio de
316 ofício, com o Governador do Estado, com Secretário, com cópia para o Conselho e
317 que o Governo Federal paralelamente faça também essa conversa com o Governo
318 do Estado para garantir a participação de todos os delegados. **Solicitações de**
319 **esclarecimentos.** O CEDICA/PA - O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e
320 do Adolescente do Pará solicita que o CONANDA através dessa comissão envie um
321 documento que esclareça por que não existe a categoria representante de entidades
322 da sociedade civil, como delegados e delegadas, na Conferência Nacional. Foi
323 decidido que seria discutido via e-mail e posteriormente seria encaminhada a
324 resposta. **Palestrantes adolescentes da 8ª Conferência.** Foram retomadas as
325 indicações de palestrantes para 8ª Conferência no sentido de certificar que todos
326 haviam sido convidados. No quarto ponto, que é a participação de crianças e
327 adolescentes, está o Marquinho, do Projeto Meninos e Meninas de Rua, de São
328 Bernardo do Campo e mais dois adolescentes, um menino e uma menina. Foi
329 proposto que convidasse uma criança indígena tendo sido aprovado como

330 prioridade, segunda prioridade, uma criança do norte e a terceira, uma criança do
331 Ceará. Na oportunidade foi repassado o informe sobre o Encontro Nacional da
332 Diversidade com a participação de adolescentes de todos os estados e do Distrito
333 Federal, que acontecerá no período de 14 a 16 outubro em Brasília/DF. A Comissão
334 colocou que em nenhum momento será garantido o aumento de adolescentes
335 delegados para essa conferência e solicitaram que dentro desses cinquenta
336 adolescentes a Comissão já trabalharia com 27 adolescentes delegados, sendo um
337 por estado, tentando inclusive pegar a questão da diversidade. O evento tem a idéia
338 de reunir a diversidade das crianças brasileiras para tirar uma plataforma da própria
339 conferência e diretrizes da política. Também foi informado que está sendo previsto o
340 seminário de adolescentes. A proposta da Comissão é que além dos vinte e sete
341 adolescentes convidados delegados para a Conferência Nacional que o CONANDA
342 traga para essa oficina também, os dois adolescentes palestrantes e o Marquinhos,
343 já para fazer toda uma interação com esses adolescentes. **Convidados para a 8ª**
344 **Conferência Nacional.** Sobre os delegados dos Estados, foram propostos dois
345 convidados por Estado. Para os Fóruns Nacionais, duas vagas, Conselho Tutelar,
346 vinte e sete vagas. Total de delegados, cento e sessenta e dois. A conselheira Júlia
347 propôs que fosse feito o convite oficial para esta conferência, à todos os
348 conselheiros que passaram pelo CONANDA. A proposta foi aprovada. A conselheira
349 Míriam trouxe a discussão sobre delegados do Fórum PET e Comitê Nacional de
350 Enfrentamento a Violência Sexual. Ela defende a garantia de pelo menos duas
351 vagas como delegados, que o CONANDA faça essa avaliação política, já que ele é
352 membro nato dos dois. A comissão entendeu que por existirem vários Fóruns
353 Nacionais não deveria abrir exceção já que existe um texto de referência indicando
354 quem são os delegados. Na opinião da conselheira Rose, a CONAET engloba toda
355 a temática e assegura a participação do tema na Conferência. Sendo assim, foi
356 aprovado solicitar a esses órgãos indicar um representante como delegado na 8ª
357 conferência. **Item II: Indicação de representação do Conanda no Encontro da**
358 **Sociedade Brasileira de Pediatria** – Foi Indicada a conselheira Miriam Maria para
359 representar o Conanda no referido Encontro, a ser realizado em outubro de 2009, no
360 Centro de Convenções em Brasília, para palestrar numa mesa redonda sobre
361 políticas públicas. Indicação aprovada. **Item III – indicação de representantes do**
362 **Conanda para compor Subcomitê Trabalho Decente:** O Ministério do Trabalho e
363 Emprego enviou um ofício ao CONANDA solicitando a indicação de dois

364 representantes, um titular e um suplente, para um subcomitê que foi instituído por
365 decreto presidencial, sobre o programa de cooperação técnica, objetivando a
366 construção da agenda de promoção do trabalho decente. Foi referendada a
367 conselheira Raimunda Núbia, como titular, e a Rosiléia Willie, como suplente. **Item**
368 **IV: Homenagem aos 15 anos do Fórum Nacional PET** – Foi aprovada a sugestão
369 da Conselheira Miriam Maria, da Plenária do Conanda realizar sugerido fazer uma
370 seção solene na plenária de novembro convidando o Fórum PET para um momento
371 de celebração. A sugestão foi aprovada. **Item VI: Matérias da Comissão de**
372 **Orçamento e Finanças** – A Plenária autorizou que se agregasse ao novo
373 **Projeto de Comunicação do Conanda** metas referentes a construção de uma
374 plataforma de diretrizes de uma política de comunicação a serem discutidas nas
375 conferências dos direitos da criança e do adolescente e da Primeira Conferência
376 Nacional de Comunicação. A sugestão foi que esta proposta fosse incluída no
377 Projeto do Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Deliberou-se também
378 que o novo Projeto de Comunicação deveria incluir a produção e publicação de uma
379 versão amigável dessas diretrizes, uma assessoria de comunicação para o
380 Conanda, apoio a divulgação das conferências estaduais dos direitos da criança e
381 do adolescente. Entre as atividades tem destaque a construção de hot site que
382 integra essa questão da Conferência Nacional de Comunicação junto com a Oitava
383 Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. No sentido de
384 ampliar a divulgação das conferências estaduais, a conselheira Júlia propôs que
385 fosse estudada a possibilidade de garantir a presença de uma das jornalistas que
386 integram a equipe do Portal (Cleyenne Cerqueira e Rafaela Ceo) nas conferências
387 estaduais, com o objetivo de fazer cobertura do evento e também articulação com a
388 mídia local. A plenária então aprovou tal participação nas conferências, exceto
389 naqueles estados em que existem organizações da Rede Andi Brasil, pois nesses
390 casos essas organizações fariam as matérias e enviariam à equipe do Portal para
391 publicação no endereço eletrônico. A conselheira Júlia entendeu que se esse
392 colegiado aprovar, a questão não tem que voltar para a Comissão de Orçamento e
393 Finanças. A proposta foi aprovada. A Plenária ratificou a aprovação ad-
394 referendum da Comissão de Orçamento e Finanças do Projeto de Lei
395 Orçamentária 2010 dos recursos do Fundo Nacional para a Criança e o
396 Adolescente (vide proposta em anexo). **Item VII – Apresentação e aprovação de**
397 **projetos em parceria com o Ministério dos Esportes na categoria chancela:**

398 Referendada a aprovação da Comissão de Chancela aos seguintes projetos:
399 CIPESCIN nº 1734/2007 – Entidade de Prática Desportiva, Cultura e Comunitária de
400 Ação Social Blumenau; Futsal Para Todos nº 2003/2007 – Prefeitura Municipal de
401 Leme do Prado; Projeto Bom de Bola, Melhor na Escola, também na Prefeitura
402 Municipal de Leme do Prado, de Minas Gerais. Foram remetidos à Comissão de
403 Orçamento e Finanças a recomendação da Comissão de Chancela da aprovação
404 dos seguintes projetos: da Frente de Assistência à Criança Carente; da Prefeitura
405 Municipal de Cristalina de Goiás; da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo; da
406 Associação de Diabetes Juvenil; e do Instituto Aprender a Vencer. **Item VIII -**
407 **Informes:** A conselheira Núbia representante da CUT informou que foi realizado o
408 Décimo Congresso Nacional da CUT, entre os dias sete a oito de agosto com a
409 participação de mais ou menos, dois mil e quatrocentos delegados e delegadas de
410 todo Brasil e também de convidados internacionais de outras centrais sindicais.
411 Dentro do congresso foi realizada a divulgação da campanha do doze de junho, que
412 é o Dia Internacional do Combate ao Trabalho Infantil, da realização da 8ª
413 Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, destacando a fase
414 preparatória com a realização das etapas municipais e estaduais. **Informe da**
415 **SEPPIR** - No dia dezessete de julho, a SEPPIR lançou o edital de chamada pública
416 de numero 1/2009 de apoio a projetos de políticas de ação afirmativa para promoção
417 da igualdade racial e garantia de direitos de adolescentes e jovens afro-brasileiros. E
418 com esse lançamento do edital, a SEPPIR está também cumprindo com uma ação
419 que foi estruturada na agenda social, crianças e adolescentes, que era a previsão de
420 um edital de seleção de projetos na área de criança e adolescente com recorte
421 étnico racial. Por tanto, os estados e municípios e o Distrito Federal, que são os que
422 serão e os que estarão apresentando projetos às propostas junto ao portal de
423 convênios, tem esse prazo até o dia trinta e um de agosto para ser apresentado
424 também. O conselheiro Francisco quiz saber qual era a estratégia de divulgação
425 desse edital, apesar do prazo bem curto e ver a possibilidade de está divulgando
426 junto aos municípios que desenvolvem serviços do sócio-educativo, se
427 comprometendo a divulgar no portal do MDS. **Item IX – Relato sobre a**
428 **implementação das medidas socioeducativas no Espírito Santo**
429 **(acompanhamento da Carta de Vitória, aprovada pela Conanda em maio de**
430 **2009):** A relatora, conselheira Júlia, informou que foram feitas três reuniões lá no
431 Estado, tendo sido uma com o CONANDA, Ministério Público e IASE, que é o

432 instituto responsável pela execução das medidas sócio-educativas no Espírito Santo.
433 Na semana seguinte, outra reunião onde foi convidada a Defensoria Pública, na
434 pessoa da Dr^a Daniela, que é a promotora da sócio-educativa, lá no Estado. A
435 reunião foi para que o IASI nos informasse o que tinha sido encaminhado do plano
436 emergencial, além do que o Secretário de Estado apresentou quando esteve neste
437 Conselho. Na segunda reunião, foram discutidas algumas questões referentes aos
438 processos dos adolescentes da UNIS. Foi levantado para a equipe técnica que eles
439 deveriam melhorar a forma de relatório que eles estavam mandando e que a partir
440 daquele momento todos esses relatórios individuais dos adolescentes que foram
441 encaminhados para o judiciário, serão encaminhados também para a Doutora
442 Daniela no Ministério Público. Também foi proposto fazer um termo de ajuste de
443 conduta assinado por todos nós: Ministério Público, Conanda, Conselho Estadual,
444 Defensoria Pública e todos esses atores que nós estamos formando um grupo de
445 trabalho no Estado. É um termo de compromisso onde nós vamos apontar qual é o
446 papel de cada um. Uma coisa preocupante: A ala "C", "D" e "E" que está para ser
447 reformada. Foi questionada a possibilidade de esses adolescentes estarem indo
448 para a nova unidade que foi inaugurada quando o Conanda estava lá, mais não
449 comportaria. Então a proposta do Governo do Estado através do Iasis é transferir
450 esses cinquenta e quatro adolescentes para o presídio de São Domingos do Norte
451 que é o presídio novo. Que seja garantido lá nesse espaço o trabalho pedagógico
452 com esses adolescentes e que a família tenha acompanhamento durante esses
453 cento e oitenta dias sistematicamente desses adolescentes. Esse é o acordo que a
454 gente está conseguindo fechar e que a gente acha que é o menos mal para os
455 adolescentes. O Conselho Tutelar de Cariacica, que é o Município onde fica a
456 UNIS, eles chamaram para uma reunião vinte e um Conselhos Tutelares do Estado.
457 Nós solicitamos então, uma conselheira de Cariacica, que já participou dessa
458 reunião para ela fazer uma consulta, entre os conselhos através da associação, que
459 poderia estar também compondo essa comissão. A conselheira Júlia passou para o
460 CONANDA, o que foi construído até a última reunião para que todos pudessem
461 contribuir. Informou que O Governador do Estado passou para o Vice-Governador a
462 responsabilidade política de resolver o problema do sistema sócio-educativo no
463 Estado. O Vice-Governador chamou todos os setenta e oito Prefeitos, eles já
464 assinaram a ordem de serviço da unidade de Cachoeira de Itapemirim que é do Sul
465 do Estado que está descentralizando e de Linhares que é a unidade que vai ser

466 construída no Norte. A conselheira Míriam sugeriu que seja feita uma articulação
467 com o CNJ e com o Conselho Nacional do Ministério Público para ver se eles
468 assinam junto esse termo de ajustamento de conduta. A conselheira Núbia, sugeriu
469 que a Oficina do SINASE seja prioritariamente realizada na próxima plenária de
470 outubro. A conselheira Glícia aproveitou para dizer que estava realmente satisfeita,
471 de saber que aquela reunião do Conanda lá no Espírito Santo surtiu um efeito
472 enorme. Porque na reunião com o CNJ, eles afirmaram que foi a partir disso que
473 eles começaram a ter esse olhar diferenciado não só para o Espírito Santo, mas
474 para algumas situações que eles já vinham tratando da questão prisional. O
475 conselheiro Francisco mostrou preocupação em relação ao meio aberto. Retomando
476 os projetos apresentados pelo conselheiro Djalma, o conselheiro Neri propôs que a
477 COF veja a possibilidade de no decorrer do mês de setembro, fazer uma
478 teleconferência, que já foi feita em outra ocasião ou fazer uma reunião extraordinária
479 para analisar os projetos e não perder os prazos. A conselheira Júlia questionou se
480 a plenária ratificaria o PLOA no qual foi feita uma reunião extraordinária por telefone
481 para que não perdessem o prazo de garantir o PLOA de 2010, esclarecendo que
482 não tem nada novo além do documento que todos os conselheiros receberam. Foi
483 homologado e havendo alguma alteração de orçamento, na data da alteração será
484 encaminhado. **Item X – Aprovação da Ata 176:** A apreciação foi feita por página
485 destacando as alterações. Francisco: Na linha sete, retirar a palavra suplente, pois já
486 tinha assumido a titularidade. Na linha quatorze, onde consta Organização da Ação
487 Social CNBB, colocar Organismo o Pastoral da Criança. Na linha dezoito, onde
488 consta governamentais suplentes, colocar titulares. Justificar a ausência do
489 conselheiro Carlos Neri, por motivo de doença e da Rosiléa, do MEC, via ofício. Na
490 linha dezenove, corrigir o décimo nono aniversário do Estatuto. Na linha vinte e dois,
491 trocar montagem da pauta por elaboração. Na linha vinte e sete, trocar temas
492 prioritários por eixos prioritários e inverter teleconferência e reunião das comissões
493 por reunião das comissões e teleconferência. Na linha 34, tirar Júlia e as
494 observações de Míriam e fazer constar as propostas da conselheira Míriam. Na linha
495 36, retirar que os conselheiros não tinham lido a ata. Na linha quarenta e sete,
496 informar as alterações feitas na ata anterior e colocar o nome do conselheiro que fez
497 o relatório do Pará. Na linha noventa e quatro, colocar o questionamento do Estado
498 de Sergipe. Na linha cento e quarenta e dois, colocar a fala do conselheiro
499 Francisco. Separar a informação da oficina SINASE do FONACRIAD. Registrar a

500 saída do conselheiro Fábio passando a presidência para a conselheira Glícia. A ata
501 foi aprovada, devendo ser feita estas alterações. Em seguida a reunião foi
502 encerrada. **Item XI – pontos de pautas para plenária de outubro de 2009**, a
503 plenária acatou as indicações de pontos de pautas: realização da Oficina do
504 SINASE, discussão sobre a frequência escolar das crianças e adolescentes do
505 Programa Bolsa Família pelo MEC e informes sobre as negociações entre Conanda
506 e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

507

508

509

510

Carmen Silveira de Oliveira
Presidente do Conanda